



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17616 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)
ISSN: 2595-7945
GT 05 - Estado e Política Educacional

CRÍTICAS À ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL NO ESPÍRITO SANTO À LUZ DA LITERATURA DEDICADA AO PROGRAMA “ESCOLA VIVA”
Anna Karoline da Silva Fernandes - USP- Universidade de São Paulo
Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes

CRÍTICAS À ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL NO ESPÍRITO SANTO À LUZ DA LITERATURA DEDICADA AO PROGRAMA “ESCOLA VIVA”

O Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único “Escola Viva”, criado pelo governo do Espírito Santo na rede de escolas públicas estaduais, no ano 2015, já foi objeto de investigação de sucessivas pesquisas no nível de mestrado e doutorado. De modo geral, os trabalhos realizaram ampla descrição do Programa, principalmente no que diz respeito à apresentação da legislação, do tempo escolar, da remuneração e das condições de trabalho dos profissionais, dos aspectos pedagógicos e de gestão, como dos espaços físicos encontrados nas chamadas “Escolas Vivas”.

Tal caracterização realizou-se a partir de diferentes perspectivas: Educacional - PETERLE (2016); GONÇALVES (2019); MATOS (2020); Ciências Contábeis - OLIVEIRA, (2022), e também sob o viés das políticas públicas - FABRIS (2019); FONTÃO (2019). Por isso, o presente trabalho foca a análise nas principais críticas realizadas à escola de tempo integral proposta pelo Programa “Escola Viva”, uma vez que a bibliografia dedicada ao estudo do tema apresentou dissonâncias em relação ao modelo pedagógico adotado, que se viabilizou pela iniciativa do Espírito Santo em Ação (ESA), empreendedor da proposta elaborada pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE).

Como metodologia, a análise adotou pesquisa bibliográfica a partir dos trabalhos acadêmicos supramencionados, enfocando as aproximações entre diferentes autoras, como PETERLE (2016); GONÇALVES (2020) e MATOS (2020), sobre os pontos de críticas ao Programa “Escola Viva”. Em linhas gerais, os estudos advertiram sobre o método pedagógico adotado sob a crítica de que tende aos valores da hegemonia burguesa que perpetuam o capitalismo e acentuam as desigualdades de classe. Essas investigações apresentaram ressalvas às inovações do Programa “Escola Viva”, próprias da cultura liberal, portanto voltadas aos interesses do mercado que reduz a escola à reprodução da ideologia dominante (PETERLE, 2016, p. 56; GONÇALVES, 2019, p. 228; MATOS, 2020, p. 70).

No conjunto das críticas à proposta pedagógica, a bibliografia indicada chamou a atenção para as pedagogias do “aprender a aprender”, inerentes à concepção pedagógica do Programa “Escola Viva”. Conforme Peterle (2016); Gonçalves (2019) e Matos (2020), são as teorias pedagógicas do “aprender a aprender”, afeitas às necessidades da sociedade capitalista que intenta trabalhadores para o mercado de trabalho. Ancoradas nos estudos realizados por Duarte (2001; 2006; 2011), as autoras referenciadas perceberam no mote “aprender a aprender”, o correspondente àquilo que se espera dos indivíduos para se adaptar às demandas pós-modernas para a educação (PETERLE, 2016, p. 56; GONÇALVES, 2019, p. 54; MATOS, 2020, p. 163).

O lema “aprender a aprender” ganhou destaque mundial a partir do relatório denominado “Educação: um tesouro a descobrir” (1996), também conhecido como Relatório Jacques Delors, elaborado para a Unesco com base nos trabalhos da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Desde então, o relatório passou a influenciar a elaboração de políticas educacionais de diferentes países, como o Brasil. Entretanto, a bibliografia então consultada atribuiu ao “aprender a aprender” os saberes esperados pelo mercado, portanto, associados ao projeto neoliberal que vem sendo disseminado na educação através de documentos oficiais (PETERLE, 2016, p. 173; GONÇALVES, 2019, p. 112; MATOS, 2020, p. 107).

Nesse contexto, os trabalhos arrolados colocaram em discussão a função social da escola quando impregnada pelos interesses mercadológicos e empresariais da sociedade capitalista, como ocorre no caso do Programa “Escola Viva” no Espírito Santo. Para as autoras mencionadas, o viés do capital reduz a função da escola à mera atividade de produzir. Enquanto isso, a função formativa para a cidadania e emancipação social é diminuída, em detrimento da preparação para o mercado de trabalho (PETERLE, 2016, p. 49; GONÇALVES, 2019, p. 155; MATOS, 2020, p. 71).

A bibliografia aludida discutiu ainda sobre o papel do Estado enquanto provedor das políticas sociais para assegurar os direitos conquistados democraticamente. As estudiosas apontaram danos às conquistas sociais frente às políticas neoliberais orquestradas pela relação entre o público e o privado, sob a crítica de que essa tendência das políticas educacionais leva à hegemonia dos interesses privados. Com a intromissão do setor privado no público assiste-se à redução do Estado desobrigado da responsabilidade de organizar os interesses coletivos (PETERLE, 2016, p. 53; GONÇALVES, 2019, p. 225; MATOS, 2020, p. 175).

Por fim, este trabalho destacou as principais críticas encontradas na bibliografia dedicada ao estudo da escola de tempo integral constituída pelo Programa “Escola Viva” na rede pública estadual do Espírito Santo. Mais de uma vez, as análises apontaram o modelo pedagógico e de gestão adotado através da relação entre o público e o privado como o ponto crítico da política, ora criticada por reproduzir os interesses dominantes da sociedade capitalista. Portanto, os trabalhos evidenciaram o caráter ideológico do Programa “Escola Viva”, haja vista a tendência de reprodução dos interesses hegemônicos. Sob essa crítica recai sobre a escola a formação de indivíduos alienados. Assim, na contramão da superação de desigualdades sociais, a educação condicionada aos interesses mercadológicos, mantém a divisão de classes.

Palavras-chave: Tempo Integral; Escola Viva; Espírito Santo.

Referências

GONÇALVES, Bianca. O programa “Escola Viva” no município de Alegre-ES: a implementação a partir da perspectiva dos professores. Orientador: Raisia Maria de Arruda Martins. 2019. Dissertação (Mestrado em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores). Universidade Federal do Espírito Santo, Alegre, 2019.

MATOS, Luciane Martins de Oliveira. Programa Escola Viva (ES): uma análise do modelo de gestão educacional. Orientador: Alzira Batalha Alcântara. 2020. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2020.

PETERLE, Tatiana Gomes dos Santos. A política estadual de educação no Espírito Santo: o papel do projeto “Escola Viva” no direito social à educação básica e profissional. Orientador: Marcelo Lima. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.